



**CGTP**  
Intersindical Nacional

**Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional**

www.stal.pt

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

---

## **Resolução**

---

### **Em defesa da gestão pública dos sectores da água, do saneamento e dos resíduos**

#### **“Mais Função Social; Menos Estado para o Capital”**

Exma. Senhora

Após reiterados pedidos de audiência por nós solicitados e que V. Ex.<sup>a</sup> procura ignorar (talvez por imaginar que se fingir não nos ver então não existiremos), vimos mais uma vez afirmar que não desistiremos da luta porque sabemos que o fazemos em defesa dos direitos laborais, dos serviços públicos, da Democracia e da transparência.

Exma. Senhora

Num momento em que na Europa se noticia que a corrupção cresceu exponencialmente nos últimos dois anos em Portugal e que o governo a que V. Ex.<sup>a</sup> pertence dá o triste espectáculo de tudo sacrificar a interesses pouco claros e particularmente a interesses partidários, pessoais e dos grandes grupos económicos que vivem, crescem e engordam à custa dos dinheiros e do património público, nós não podíamos deixar de transmitir um veemente protesto e lembrar que:

- Os sectores da água, saneamento e resíduos têm reconhecidamente uma importância estratégica para o País, tendo sido objecto de vultosos investimentos públicos nas ultimas décadas, contribuíram decisivamente para a melhoria das condições ambientais e, por esta via, para a elevação da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento económico, social e político do País, reforçando a sua coesão interna;
- Num processo iniciado nas costas dos trabalhadores e a pretexto da redução obrigatória de trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, a Administração da Águas de Portugal, SGPS, S.A. e os Conselhos de Administração das empresas do Grupo anunciaram que querem rescindir contratos com pelo menos 160 trabalhadores do Grupo até ao final de Agosto;
- Com as admissões congeladas por força do Orçamento de Estado, as empresas têm vindo a recorrer a prestações de serviço e a trabalho temporário, que custam muito mais ao erário público que igual número de trabalhadores contratados directamente pelo Grupo para o efeito;
- Este processo de rescisões prosaicamente apelidadas de amigáveis só pode ter como objectivo a redução dos salários praticados no Grupo e a eliminação de direitos hoje existentes, procurando livrar-se de trabalhadores qualificados, com vasta experiência profissional e know how, favorecendo as condições ideais para entregar serviços apetecíveis ao sector privado livres de encargos com pessoal;

- O sector dos resíduos é um sector estratégico fundamental ao desenvolvimento do País e um factor essencial para a preservação e conservação do ambiente, para a coesão social e económica, para a saúde pública e a qualidade de vida das populações. Neste sector, o Estado português é actualmente detentor de um avançado sistema gerido pelo grupo EGF – Empresa Geral de Fomento, responsável pela gestão dos resíduos em 174 municípios, através de 11 empresas que abrangem 58 por cento da população. Com mais de 2.000 trabalhadores ao seu serviço, movimenta anualmente cerca de 150 milhões de euros, tendo gerado lucros de 6,4 milhões de euros em 2011. Trata-se portanto, de uma empresa lucrativa, que dispõe de modernas tecnologias e infra-estruturas para o tratamento e valorização de resíduos, criadas nas últimas décadas à custa de vultosos investimentos públicos;
- Porquê então privatizar o sector público dos resíduos, que representa um valioso património público, em que o Estado pode perder o controlo sobre uma actividade altamente sensível para a qualidade de vida das populações, quando o encaixe financeiro previsto representará, quanto muito, 160 milhões de euros, montante que é irrisório face aos mais de mil milhões de euros que o Estado investiu no sector até 2012 ?;
- A Assembleia da Republica aprovou recentemente um conjunto de propostas que produzirão graves efeitos em sectores públicos essenciais, salientando a Lei 35/2013, de 11/6, que procede á alteração da lei 88-A/97, de 25 de Julho, alterando o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas e, nomeadamente no âmbito dos resíduos, removendo todas as barreiras legais que vedavam o acesso a este tipo de actividades à iniciativa privada, desferindo mais um profundo golpe nas funções do Estado;
- Também a proposta de lei 125/XII, que estabelece a lei orgânica da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, centrada nas questões económico-financeiras, em particular na fixação das tarifas a pagar pelos utentes, que numa perspectiva meramente comercial passam a ser tratados como clientes de um serviço, pretende sobretudo retirar aos Municípios competências que lhes pertencem por força da Constituição e do princípio da autonomia do Poder Local legalmente consagrado;
- Estes processos a concretizarem-se representarão novo e avultado prejuízo para o erário público, mais uma machadada no tão propalado equilíbrio das contas públicas e irão degradar a qualidade da prestação de serviços em áreas fundamentais como a distribuição de água e o tratamento de resíduos.

**O STAL repudia** a intenção do Governo de impor a privatização dos serviços de águas, saneamento e resíduos

**O STAL entende** que é imperioso travar a destruição sistemática do Poder local Democrático, dos serviços públicos locais, do sector público e das empresas públicas estratégicas.

**O STAL exorta** as autarquias, os trabalhadores e as populações a resistirem, opondo-se ao esvaziamento das competências das autarquias e à tentativa de destruição de serviços de proximidade essenciais, caso contrário, e como já hoje é visível, ficarão submetidas a interesses alheios às comunidades que representam, hipotecando a capacidade de decisão e autonomia dos órgãos locais, o bem-estar das populações e o próprio desenvolvimento local;

**O STAL realça** a importância dos serviços públicos e a luta contra as privatizações, a par da exigência do reforço da intervenção do Estado em sectores estratégicos para o desenvolvimento da economia e da soberania nacional;

Denunciando e rejeitando com grande determinação todas as propostas apresentadas pelo governo PSD / CDS, que a pretexto do memorando da Troika e submisso aos grandes interesses económicos que esta representa, pretende continuar a aprofundar a velha máxima do neo-liberalismo: “Menos Estado Social; Mais Estado para o Capital”.

Relembrando à opinião pública, a partir de casos concretos de privatizações de empresas e serviços, as consequências negativas no plano económico, financeiro e social dessas privatizações. Privatizações que levaram ao agravamento das assimetrias e desertificação de vastas zonas do interior do país, à redução e extinção de determinados serviços públicos, em contraponto com os elevados lucros obtidos pelos privados, à custa do erário público, do aumento brutal dos preços dos serviços prestados à população e da inferior qualidade do serviço prestado.

### **O STAL denuncia a destruição dos serviços públicos e do País**

Os dirigentes do STAL, concentrados frente ao Ministério do Ambiente em 11 de Julho de 2013, condenam a acção deste Governo de destruição dos serviços públicos essenciais às populações e exigem o fim das negociatas que visam a privatização dos mesmos.

Em defesa da gestão pública dos sectores da água, do saneamento e dos resíduos, reiteram os vários pedidos de audiência urgentes à Sr.ª Ministra Assunção Cristas, lembrando que todos os esforços de diálogo feitos nesse sentido foram, até agora, inexplicavelmente ignorados pela governante.

Interrogamo-nos se este é, ainda, um ministério do governo e ao serviço de que interesses funciona, pois é público que a Ex. Sr.ª Ministra que não responde aos Sindicatos, convive diariamente com grupos económicos dos mais diversos países, sem que nos seja dado entender se são negócios e de quem? E são negócios a favor de quem?

Por isso,

- **Não aceitamos que o direito fundamental de acesso à água e saneamento seja posto em causa;**
- **Não aceitamos que património valioso e indispensável construído com dinheiros públicos, dinheiro nosso, caia nas mãos dos tubarões da finança;**
- **Não aceitamos que as autarquias e as populações sejam privadas do direito a gerir democraticamente os serviços de águas e resíduos.**
- **Não aceitamos que o direito à audição e à negociação de questões que dizem respeito aos portugueses e em especial aos trabalhadores sejam ignoradas;**
- **Não aceitamos que a transparência e a Democracia continuem a ser postas em causa.**

Lisboa, 11 de Julho de 2013